



**MUNICIPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

JK

**EDITAL**

Nº 147/XII-1º/2017-18

**(Palavra dada, palavra honrada)**

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho de 2018 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 28 de junho de 2018, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Deliberação:

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

No tempo presente assistimos a um grave conflito entre os professores e o governo, originado pelo facto de o mesmo governo não estar a honrar os compromissos que assumiu no OE para 20L8, ou seja recuperar o tempo de serviço dos docentes durante os anos em que as carreiras estiveram congeladas, precisamente 9 anos 4 meses e 18 dias.

Diz o OE " a expressão remuneratória do tempo de serviço nas carreiras (...) é considerada em processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização, tendo em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis" O tempo das carreiras é integral, não é uma fração ou uma abstração que permita diferentes interpretações. O governo não tem mandato para propor aos sindicatos um apagão total ou parcial das carreiras dos professores. Essa é uma proposta fora da lei. O governo tem é a obrigação de "definir o prazo e o modo" para a reposição do tempo de serviço.

Tal norma do OE decorre de uma proposta apresentada pelo próprio P5, depois de negociações com o BE e o PCP. E não é sequer uma proposta inflexível, dado que permite um faseamento tendo em conta as disponibilidades orçamentais. O que agora acontece é termos um governo minoritário que não quer cumprir a lei que a maioria na Assembleia da República aprovou.

Os sindicatos estão disponíveis para definir um faseamento que seja comportável pelas contas públicas enquanto o governo não discute nenhum faseamento porque simplesmente não quer reconhecer o tempo de serviço dos professores.

O governo assinou em Novembro passado um acordo com os sindicatos que expressava textualmente " o tempo de serviço prestado durante o período de congelamento das carreiras seria contado para efeitos de progressão". Agora dá o dito pelo não dito. Onde para a honra da palavra dada?

Não há dinheiro, diz o governo "não ter 600 milhões de euros para pagar a reivindicação sindical". Se fosse para salvar um banco não faltaria dinheiro. Mas o governo revela além do mais uma



**EDITAL**  
Nº 147

indesculpável má fé porque quer propositadamente esconder o facto de os sindicatos estarem desde sempre disponíveis para negociar o faseamento.

E o governo ao pretender reduzir a luta pelos direitos e dignidade das carreiras dos professores a uma "reivindicação sindical" mais não faz do que alimentar maldosamente o preconceito social contra os sindicatos. Pretende isolar os professores, caricaturando-os como classe privilegiada. O objetivo confesso é humilhar e enxovalhar aqueles e aquelas que são um dos pilares da escola pública.

E é rotundamente falsa a versão repetida até à náusea pela direita, por comentadores e órgãos de comunicação que os professores progridem automaticamente nas suas carreiras. Muitos professores com 24 anos de serviço estão no 3º escalão (em 10) e recebem 1300 euros por mês.

assim, Por todas as razões atrás expressas e porque é justo,

a Assembleia Municipal de Almada reunida no dia 28 de junho, delibera:

Ponto único: Apoiar a luta dos professores e professoras pela dignidade e valorização das suas carreiras, incluindo o reconhecimento da contagem integral do tempo de serviço.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 29 de junho de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal

(José Joaquim Leitão)